

MULHER RURAL: EMINÊNCIA OCULTA*

*Nilce da Penha Migueles Panzutti***

Resumo: Este trabalho visa 1) contribuir para a compreensão do significado social do trabalho feminino; 2) levantar a discussão da problemática da mulher rural face à modernização agrícola; 3) verificar o desempenho de um grupo de mulheres na produção familiar do algodão; 4) analisar os efeitos que a modernização da agricultura trouxe às mulheres de Leme. Os resultados confirmam que as mulheres desempenharam papel fundamental na constituição desses produtores familiares modernizados, mas que permanecem ocultas no espaço privado, pois, modernizaram-se as bases técnicas de produção conservando-se os valores tradicionais. A ascensão social viabilizada através da propriedade resultou em obstáculos à liberação feminina, uma vez que nas práticas políticas conservadoras a mulher não é considerada agente de transformação. A modernização da agricultura trouxe para as mulheres de Leme a exclusão do processo produtivo enquanto “produtora-trabalhadora” isolando-as no âmbito privado.

Palavras-chave: mulher rural; produção familiar; modernização agrícola.

1. INTRODUÇÃO

Trazer à visibilidade o desempenho das mulheres tem sido uma das necessidades apontadas por inúmeros estudiosos das últimas décadas. Isto porque existem amplas demonstrações de que não há, nem nunca houve “homens genéricos”. Existem apenas “homens e mulheres” classificados em gênero e que de acordo com Harding (1993), uma vez que se tenha dissolvida a idéia de um homem essencial e universal, também desaparece a idéia de sua companheira oculta, a mulher. Isto posto, tem-se uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura.

* Este artigo refere-se à dissertação de Mestrado defendida pela autora em julho de 1992 junto ao IFCH-UNICAMP sob o título: *As Mulheres na Produção Familiar do Algodão em Leme (1960-90)*. Comunicação apresentada no 23º Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos - CERU, em maio de 1996.

** Socióloga, Doutoranda em Ciências Sociais no IFCH-UNICAMP, Pesquisadora Científica do IEA-Instituto de Economia Agrícola. A autora agradece a leitura dos originais e os valiosos comentários da Profa. Dra. Élide Rugai Bastos.

“O que distingue uma abordagem feminista é o exame crítico das relações sociais, tendo em vista a existência de um recorte de gênero que também define desigualdades sociais... levar o gênero a sério significa levar em conta os homens e mulheres e não generalizar os atores sociais”. (BRUSCHINI, 1992) É dentro desta perspectiva que se coloca este trabalho, cujo objetivo principal é o de compreender o significado social do trabalho feminino e a inserção produtiva e reprodutiva de um grupo de mulheres da produção familiar do algodão.

A hipótese originária desta pesquisa é a de que o desempenho da mulher na produção familiar não é reconhecido socialmente porque o espaço “público” continua sendo domínio masculino; mesmo depois do intenso processo de modernização da produção da cultura do algodão em Leme, conservou-se a tradicional divisão de espaços público e privado.

O interesse em conhecer mais profundamente a parte feminina desse segmento social se deu por ocasião da minha participação na pesquisa de campo do estudo realizado pela Profa. Maria de Nazareth B. Wanderley (WANDERLEY, 1988). Nessa ocasião, ressaltou-me uma contradição instigante entre o comportamento extremamente discreto dessas mulheres que se pronunciavam apenas quando solicitadas por seus maridos (as entrevistas naquela ocasião foram realizadas com os chefes de família), e a importância das informações fornecidas sobre a produção: quantidade produzida na última safra e anteriores, marcas e quantidades de adubos ou “veneno” aplicado na plantação, preços pagos pelo produto, preço dos tratores adquiridos, formas de aquisição, e outras informações que revelavam uma relação muito estreita entre a mulher e a produção. Daí, colocou-se a indagação sobre qual teria sido realmente o papel da mulher nessa produção.

Dentre as questões que orientam a pesquisa estão as seguintes: No processo mais amplo do capitalismo no campo, qual o significado do afastamento das mulheres da produção? Que papel desempenha a mulher na produção familiar? Em que medida a mecanização da lavoura favorece as mulheres de Leme? Qual o significado da urbanização para esses produtores? Que vínculos o grupo modernizado ainda mantém com a cultura tradicional? Qual o significado da propriedade para essas mulheres? Qual a participação das mulheres nas decisões sobre a lavoura?

No ingresso dos produtores familiares de Leme na produção modernizada as mulheres desempenharam papel fundamental, sobretudo no período inicial de constituição da propriedade quando representam a metade da força de trabalho utilizada na unidade de produção e desempenham todo o tipo de trabalho – inclusive aqueles considerados “masculinos”, além das tarefas domésticas, a confecção de roupas para a família e a criação dos filhos.

As mulheres analisadas no presente estudo compõem um segmento especialmente importante para análise, primeiro pelo fato de que poucos estudos focalizam a questão da mulher que permanece na produção familiar. Em sua maioria, os estudos sobre mulher rural referem-se apenas àquelas que perderam a condição de proprietárias e transformaram-se em trabalhadoras assalariadas temporárias (bóia-

frias). Em segundo, porque essas mulheres vivenciam dois momentos distintos da cultura do algodão: antes da transição e depois da modernização agrícola, concentrando-se no período que vai de 1960, década em que se iniciam as transformações na produção, até 1990, ano em que se realiza a pesquisa de campo.

Originárias de uma sociedade tradicional rural, filhas de meeiros, estas mulheres que trabalharam na lavoura com os pais têm fortes laços com a cultura do trabalho e da vida rural italiana e caipira. Depois do casamento trabalharam na lavoura do sogro e, posteriormente, ascenderam à condição de “proprietárias-trabalhadoras”¹. Mais tarde, morando na cidade, deixaram de trabalhar na roça para serem apenas donas de casa.

A produção familiar é um “locus” privilegiado para a observação do significado do trabalho feminino, sempre considerado complementar, acessório, não porque assim o seja efetivamente, mas por concepções de bases culturais sobre uma divisão sexual do trabalho onde cabe ao homem a função de provedor, restando à mulher os encargos maternos e domésticos. A presença da mulher na produção agrícola é sempre vista como “ajuda”, assim como a presença da mulher casada em alguns segmentos do mercado de trabalho urbano que não é assumida como fundamental, nem mesmo por elas. No período anterior à mecanização da lavoura, antes da modernização, com a predominância de atividades manuais de cultivo, verifica-se uma participação maior de mulheres na produção. Diversos autores constataam essa ocorrência onde predominam atividades manuais de cultivo. Entre os algodoeiros de Leme, Wanderley (1988) afirma o mesmo no período anterior à mecanização da lavoura, acrescentando que entre esses produtores existe uma integração diversificada, onde o produtor é, ao mesmo tempo, proprietário, trabalhador, pai, patrão e empregado de si mesmo. Ficou constatado na pesquisa com as mulheres de Leme essa integração de papéis, só que para elas os papéis de patroa e proprietária são antes formais que efetivos. Não há, nesse período, separação entre o local de trabalho e o domicílio, não há salário dentro da unidade familiar de produção e a contribuição da mulher para a produção agrícola é maior no período inicial de constituição da propriedade, conforme Wanderley (1988). A questão feminina que desperta maior interesse passa pela lógica familiar e por alguns aspectos do capitalismo no campo, mas, sobretudo, pela discussão das relações familiares no interior dessas unidades de produção.

Em estudos realizados (HEREDIA, GARCIA e GARCIA JR. 1979; CARNEIRO, 1986; WANDERLEY, 1988; LOUREIRO, 1984 e EIGENHEER, 1982) constata-se que tanto no Nordeste (NE) como no Sudeste (SE) existe uma hierarquia na unidade doméstica, onde o pai é a autoridade máxima, seguida pela mãe ou do filho mais velho. Certas atividades são reconhecidamente masculinas, tais como a compra de bens de determinados produtos, mas, sobretudo as atividades de venda. A área do

1 Para usar analogamente a denominação que Wanderley (1988) atribui aos produtores (homens) familiares do algodão.

trabalho em regra é masculina, enquanto a do não trabalho² está associada à mulher. Na produção familiar a peculiaridade do “trabalho” ser acionado por indivíduos ligados por vínculos ideológicos de parentesco resulta em maior produtividade e a participação da mulher pode variar, dependendo da dimensão do capital investido. Onde o capital é mais forte, isto é, seu volume é relativamente maior, onde há o maior emprego de máquinas, equipamentos e insumos e melhores condições de acumulação, o trabalho feminino pode comandar ou fiscalizar os assalariados; onde o capital é mais frágil, o trabalho feminino imprescindível à reprodução de todos os membros, é para o produtor uma fonte de acumulação e para a mulher somente um meio de reproduzir sua força de trabalho (LOUREIRO, 1984).

No âmbito das relações familiares, no interior da unidade de produção, a ação modernizadora não destrói, necessariamente, a família. Ao contrário, pode promover novas condições para que ela se realize de outras formas, mesmo que de maneira desfavorável para um ou outro membro. Carneiro (1986), estudando uma colônia de pequenos produtores formada pelo DNOCS no Vale da Gurguéia (Piauí), afirma que com a modernização houve uma redefinição de papéis na esfera produtiva, influenciando nas relações familiares. O conjunto de práticas e valores que dão sentido à integração da produção familiar no processo de modernização tecnológica altera a antiga ordem de valores. No caso dos produtores de Leme, a ruptura com os valores e práticas cotidianas se dá para a mulher que perde seu papel tradicional e, conseqüentemente, perde espaço dentro da unidade de produção e da própria família, com a inserção no mercado de consumo e a inserção dos filhos no mercado de trabalho. Para o marido há uma certa continuidade, na medida em que continua desempenhando suas funções como produtor, dentro da propriedade, espaço que sempre lhe pertenceu. Sua adaptação refere-se mais às novas condições de produção, pois, seu papel dentro da família não muda.

Num contexto mais amplo, a situação que se coloca é a de que a família, ao ingressar na modernização, no processo mais abrangente da acumulação, não rompe com os padrões tradicionais de submissão feminina. A modernização patrocinada pelo Estado, dirigida apenas para o produtor (homem), contribui muito para que isso ocorra. A mulher entra nesse processo como complemento masculino; o Estado não reconhece na mulher um agente de transformação social. Dentro das diretrizes políticas direcionadas a esses produtores, as prioridades são eminentemente técnicas e econômicas e não sociais. Por isso as mulheres são aí elementos subentendidos.

2 Conforme Bruschini e Rosemberg (1982) são formas não monetarizadas de participação na produção social, entre elas as atividades ditas “não produtivas”, como é o caso da produção de valores de uso e da prestação de serviços na unidade doméstica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO EMPÍRICO E METODOLÓGICO

O presente trabalho trata das transformações da produção familiar enquanto contexto condicionante ao desempenho da mulher, abordando seqüencialmente o trabalho na lavoura, a primeira propriedade, a vinda para a cidade, as relações da mulher com a terra, vida social e política. O referencial teórico³ utilizado inclui alguns conceitos e noções tais como: 1) diferenciação social: conforme Kageyama e Graziano da Silva (1986) é o processo de mudança que se verifica nas unidades camponesas onde algumas começam a se capitalizar, enquanto outras descem a um estado incipiente de proletarização; 2) produção familiar: produção agrícola realizada basicamente pela mão-de-obra da família, podendo em determinados períodos, como na colheita, contratar mão-de-obra eventual. Nos anos 80, segundo Kageyama e Bergamasco (1989), constituem um conjunto heterogêneo composto por 4.038.982 estabelecimentos agropecuários de um total de 5.159.851 estabelecimentos no País, caracterizados por serem dirigidos pelo produtor e por utilizar mão-de-obra familiar; 3) invisibilidade e ausência do trabalho feminino nas estatísticas em função de critérios adotados para levantamentos onde o trabalho feminino não é considerado atividade econômica; 4) modernização agrícola: processo de transformação da agricultura promovido pelo Estado, através de políticas específicas para produtor e financiamentos à produção, possibilitando a introdução da motomecanização e o uso intensivo de insumos modernos que alteram o processo de produção. Aspectos do processo de modernização dos produtores de algodão de Leme estão analisados detalhadamente em Wanderley (1988); 5) unidade de produção familiar: aquela organizada sobre uma base material constituída pela força de trabalho familiar, o acesso à terra e aos meios técnicos de produção, onde a base material lhe confere certa autonomia, mas não a isenta da subordinação; onde a relação que se estabelece entre a família e seus meios de produção é pessoal, de propriedade ou posse, garantida com a intensidade do seu trabalho (WANDERLEY, 1988).

A pesquisa foi realizada no município de Leme, Estado de São Paulo, onde há muitas décadas se verifica um elevado grau de urbanização. Utilizou-se a metodologia qualitativa com coleta de relatos orais de mulheres de um universo previamente conhecido de produtores familiares modernizados de algodão, na condição de proprietários – responsáveis por parcela da produção de mercadorias, dispondo de um capital de certa magnitude, adotando tecnologia moderna e possuindo um determinado patrimônio, sobretudo em terras valorizadas, mas que permanecem trabalhando. A área de propriedade desses produtores é bastante variada – de 3.50 a 174.0 alqueires. O número de estabelecimentos agrícolas se concentra mais nos estratos que vão de 0 a 50 alqueires (WANDERLEY, 1988).

3 O referencial teórico está desenvolvido no cap. II da mencionada dissertação de mestrado da autora.

As entrevistas foram definidas a partir da relação desses produtores familiares que representam 5% dos produtores com estabelecimentos de área de 0 a 100ha, de um total de 412 estabelecimentos. O caráter qualitativo da pesquisa nos libera da necessidade de representatividade da amostra. Por isto definiu-se de forma aleatória o número de 21 entrevistas que foram marcadas previamente. Foram utilizados roteiros com 161 itens incluindo perguntas abertas e fechadas. Para a aplicação definitiva da pesquisa de campo foram testados alguns casos e realizadas reformulações com o intuito de obter respostas mais definidas para os dois períodos pretendidos. Dois casos em que as mulheres ainda participam do processo de produção e uma que tem escolaridade superior foram considerados para efeitos de comparação. A idade das mulheres pesquisadas varia entre 39 e 77 anos; com 3 a 4 anos de escolaridade, residentes na cidade há 20 anos ou mais. O fato de terem morado no sítio e trabalharem na cultura do algodão antes e depois da mecanização possibilitou estabelecer comparações sobre a divisão sexual do trabalho, a sociabilidade, os modos de vida rural e urbano e os papéis desempenhados.

3. AS MULHERES DA PRODUÇÃO FAMILIAR DO ALGODÃO EM LEME

Neste tópico são analisados e discutidos sequencialmente a trajetória das mulheres de Leme que vai do início do trabalho na lavoura, passando pela transição e mudança da residência para a cidade que coincide com a tecnificação da cultura. Em suma, aqui são apresentados os resultados obtidos com as pesquisas empírica e teórica.

Em Leme, a produção familiar, no período abordado, de 1960 a 1990, inscreve-se no amplo processo de mudanças nas unidades camponesas que Kageyama e Graziano da Silva (1986) denominam “diferenciação”. A modernização capitalista da agricultura, afirmam os autores, sofreu enorme impulso nos fins dos anos 60 como consequência de vários fatores: a modernização do complexo agro-industrial, a intensa urbanização e a maior integração e diversificação das exportações agrícolas e a política de crédito rural, articulando interesses rurais e urbanos em torno do projeto de cunho modernizante. Concomitantemente, verifica-se o aceleração e a generalização da proletarização, aumentando a utilização do trabalho no campo com a expropriação dos meios de produção para enorme parcela da população rural. Instala-se um intenso processo de diferenciação, onde algumas unidades começam a se capitalizar, enquanto outras a descer a um estado de incipiente proletarização.

O sentido ascendente ou descendente desse processo é determinado pela propriedade da terra, pelo patrimônio inicial, pelos bons resultados obtidos em safras anteriores, pelo acesso ao crédito rural e a manutenção dos laços familiares. Essa modernização, contudo, não significa necessariamente a expropriação completa de pequenos produtores. Alguns, conservando a posse dos meios de produção – principalmente a terra, associada à forma familiar de produzir – conseguem se

inserir no desenvolvimento agrícola. Este é o caso dos produtores familiares de algodão, conforme Wanderley (1988).

A heterogeneidade, uma característica da produção familiar nos anos 80, dirigida pelo próprio produtor e utilizadora de mão-de-obra familiar, tem, nos algodoeiros de Leme, um de seus elementos exemplares. Esse é um segmento que se redefine, mantendo a organização social da produção, passando a coexistir com a penetração do capital na economia rural.

O grau de mecanização das unidades familiares de Leme é elevado, assim como o uso de adubos e defensivos, apresentando por isso, semelhanças com as empresas familiares e capitalistas de que falam Kageyama e Bergamasco (1989). Mantém a dependência do trabalho direto da família e o caráter mercantil de suas transações, conforme Wanderley (1988), que afirma que esses produtores têm certa autonomia calcada no acesso à terra e aos meios técnicos de produção, o que no entanto não os isenta da subordinação ao capital. A relação que se estabelece entre a família e seus meios de produção é pessoal, de propriedade ou de posse e, para garanti-los, pagam com a intensidade do seu trabalho. A organização interna é ditada pelo chefe da família que dirige e distribui as tarefas. O caráter familiar implica, sobretudo, na não remuneração da força de trabalho e na intensificação do esforço, na medida das necessidades do processo produtivo e em função da disponibilidade dos elementos da família. (WANDERLEY, 1988).

3.1 DO TRABALHO NA LAVOURA À PRIMEIRA PROPRIEDADE

O período inicial desses algodoeiros é caracterizado pela lavoura não tecnificada e coincide com o início da constituição da família. O peso da contribuição da mulher é, portanto, bastante elevado tanto na produção quanto na reprodução. O desempenho feminino é fundamental para a aquisição de terras e o ingresso no processo de desenvolvimento agrícola. Nesse momento em que o mercado de consumo não é tão generalizado e desenvolvido ou é ainda incipiente a integração desses produtores a ele, além do trabalho na roça a mulher cuida dos filhos, da casa, produzindo quase todo o necessário à família no que diz respeito à alimentação e vestuário. A constituição da propriedade entre esses produtores se deu através de processo que envolveu inúmeras estratégias familiares, montadas em virtude das pequenas dimensões de áreas que não resistem a partilhas por herança, resultando muitas vezes em movimentos de compra e venda de partes entre os herdeiros (WANDERLEY, 1988).

No grupo das mulheres pesquisadas, foram verificados quatro tipos de estratégias básicas utilizadas para conseguir a primeira propriedade: a) herança dos sogros; b) herança dos pais (raros casos); c) receita obtida pela venda da própria força de trabalho a terceiros e d) economias conseguidas com o trabalho de marido e mulher na propriedade dos sogros.

Entre as mulheres, poucas receberam, ao se casar, pequena parcela de terra que veio mais tarde a se constituir na primeira propriedade. Isto ocorre com a maioria dos homens. A organização familiar aqui representa importante fator, tanto para a constituição do patrimônio fundiário, como para a viabilização da produção. O modelo de administração familiar vigente tem suas bases no colonato. O chefe de família, o pai, ou o filho mais velho, aglutina o grupo, administra e distribui as tarefas que serão executadas conforme a condição física de cada elemento.

Teoricamente, há na lavoura a separação de atividades consideradas femininas e masculinas, sendo de consenso que o trabalho mais pesado cabe ao homem. Na prática, entretanto, os espaços de cada sexo se interseccionam face às necessidades imediatas, verificando-se uma simbiose masculino / feminino, tanto maior quanto mais grave for a situação de “precisão” da família.

Combinando o trabalho doméstico e o trabalho agrícola de forma constante, intensa e diversificada, a mulher participa da capinação, raleação, colheita ou quaisquer outras atividades, mesmo as “masculinas”, como a adubação, utilização de ferramenta, aração com burro ou cavalo e até aplicação de “veneno”. No terreiro seca, malha e ensaca o algodão, café e feijão; participa da plantação para a subsistência e cuida da pequena criação.

Apesar de efetivamente haver igualdade entre homem e mulher no trabalho da lavoura, esta nunca foi acompanhada de correspondente poder de decisão sobre os destinos da plantação. As decisões são atribuições masculinas, embora em alguns casos tenhamos constatado que a mulher tenha participado dessas decisões a nível de opinião. Tal como na economia tradicional, a autoridade do chefe de família não é questionada, nem pela mulher, nem pelos filhos, existindo uma coesão obtida através da submissão incorporada e aceita, e, sobretudo, necessária para a união familiar e eficácia do trabalho coletivo. Em raras ocasiões as mulheres substituíram os homens na administração da propriedade:

“substitui ele na plantação, não... no serviço sim, mas na administração, não. Vê lá se a mulher fazia isso... hoje faz, né? Hoje, a mulher faz, mas antigamente não... antigamente mulher era prá trabalhar, só... e ficar bem quetinha” (depoimento da entrevistada).

Mesmo tendo participado intensamente do trabalho da lavoura com o homem no período inicial, é marcante a representação do seu trabalho como complementar. A mulher refere-se a este nesse período como “ajuda”, definindo-se antes como “mulher de agricultor” do que “agricultora”, evidenciando assim a posição de poder secundária que ocupa no estabelecimento. Ficar inteiramente à parte nas decisões sem que sua opinião seja levada em conta é o que também revela parte de outro depoimento:

“só ele... eu apenas trabalhava... ele nunca acatava (minhas sugestões), ele gostava de fazer sozinho, e a opinião era dele...”

A tecnificação da cultura provocou marcantes mudanças no trabalho familiar. Wanderley (1988) afirma que esta redefiniu a divisão do trabalho entre a execução e a gestão da unidade, acentuou a separação entre os que trabalham e os que não trabalham no processo produtivo e definiu especificidades do trabalho familiar e assalariado.

Aliando a tecnologia às estratégias familiares redefinidas com o novo padrão de produtividade exigido, coloca-se a necessidade de um contingente de mão-de-obra na colheita que a família não pode cobrir. O assalariamento nessa fase passa então a ser uma obrigatoriedade. Ficam na plantação o chefe da família e o filho mais velho, na maior parte dos casos; eventualmente mais algum outro filho. Os demais, sobretudo as filhas, dirigem-se às oportunidades do meio urbano e a mãe se afasta da lavoura para desempenhar apenas as tarefas domésticas.

A modernização se concretiza para esses produtores a partir do momento em que a propriedade da terra, em dimensão apropriada à utilização do trator, se associa a uma forma de produzir utilizando sementes tratadas, adubos, inseticidas, pesticidas, visando obter um produto-padrão compatível com as exigências das “máquinas” (beneficiadoras). A introdução dos insumos (adubos, sementes, inseticidas, etc.) e dos tratores permite aos chefes desenvolverem as atividades de produção praticamente sozinhos. A tecnologia, neste sentido, veio liberar força de trabalho, especialmente a força de trabalho feminina.

Após a mecanização a participação das mulheres nas atividades produtivas é insignificante, conforme Lourenço e Wanderley (1990). A experiência internacional também mostra que a mecanização da lavoura forçou para baixo a “participação das mulheres na PEA, até mesmo no interior das “family farmers” – caso americano e francês, onde se observa a redução absoluta e relativa do número de mulheres ativas ou o seu deslocamento para outras atividades” (LAVINAS, 1987). Em outro trabalho, essa mesma autora constata que o modelo familiar estrutura-se hoje, teoricamente, sobre o trabalho do produtor (50%) e de um empregado assalariado (50%) do sexo masculino; as mulheres já não são contempladas neste modelo (LAVINAS, 1988). De fato, em Leme, a tecnologia adotada no algodão afeta profundamente a organização social do trabalho familiar, alterando sua natureza. A introdução da máquina e da técnica dispensa a participação da mulher nas atividades produtivas.

A eficiência do trabalho na lavoura e a flexibilidade do horário proporcionada pelo uso do trator eliminam tarefas penosas executadas anteriormente pelas mulheres, como a raleação, e reduz a demanda do trabalho familiar. Entretanto, o afastamento da mulher da produção faz parte, conforme Wanderley (1988), da estratégia na busca de novas alternativas urbanas de ocupação e profissionalização dos componentes da família que não são absorvidos pela produção agrícola.

A aquisição do imóvel no meio urbano para residência, possível com os resultados obtidos da maior produtividade agrícola viabiliza, de fato, novas estratégias familiares de educar e profissionalizar os outros filhos. Depoimentos das mulheres entrevistadas demonstram a diminuição da participação feminina na lavoura de um modo geral, com exceção à fase da colheita, que ainda é manual e onde ocorre o aumento em vez de diminuição. A representação das mulheres sobre os resultados da mecanização é favorável quanto à produtividade, à aquisição de imóveis urbanos e possibilidades de educação dos filhos.

A associação da mulher com as atividades manuais é fartamente detectável. Empregadores afirmam preferirem as mulheres para esse tipo de trabalho pelas suas habilidades “naturais” e por serem mais obedientes. As operações manuais que em geral são demoradas, cansativas, penosas e sobretudo menos valorizadas ao estarem vinculadas à mulher nos conduzem, em outra leitura, a refletir sobre a hierarquização e desigualdade que existe nas relações de gênero.

A colheita, onde se encontra a maior parte da mão-de-obra feminina, é uma atividade eminentemente manual no algodão até hoje. O emprego de máquinas colheitadeiras não é comum por não serem satisfatórios seus resultados: perde-se muito com a quantidade de resíduos influenciando negativamente na classificação do produto. Não só os produtores familiares preferem as mulheres. Stolcke (1986) afirma que “turmeiros” – figura intermediária entre os proprietários e os trabalhadores que surge no processo de substituição do sistema do colonato pelo de assalariamento eventual em São Paulo – também têm preferência em trabalhar com mulheres, pela eficiência e eficácia do trabalho feminino, pela facilidade de mando e possibilidade de descontar maior comissão de seus ordenados.

Entre nossas entrevistadas, a participação da mulher na colheita do algodão é vista como uma situação de inferioridade; como falta de alternativa: “vai mesmo aquelas que está necessitada” dizem elas.

O período que antecedeu à mecanização da lavoura foi o mais duro para as mulheres da produção familiar de Leme, como pode ser apurado. Mas foi também o de maior realização pessoal. O afastamento da produção significou uma melhora no “status”, sem contudo garantir satisfação pessoal. Tal fato pode explicar-se, em parte, pelos ciclos de vida da família e da própria mulher, mas, também se explica, pela mudança do modo de vida e manutenção dos valores tradicionais no que diz respeito ao papel da mulher na família.

Na sociedade tradicional, com a predominância da família extensa numa mesma residência, ou pelo menos próxima, as relações sociais e afetivas são mais frequentes, compensando em certa medida a dureza e intensidade do trabalho na roça.

Hoje, com maiores facilidades na obtenção dos bens necessários à sua sobrevivência e um maior conforto, as mulheres demonstram, entretanto, terem sofrido perdas não só em suas funções reprodutivas, previsíveis pela idade e maturidade da família, como também em suas funções sociais e produtivas. Nestas últimas, verifica-se uma alienação radical da mulher, uma vez que não trabalhando mais na

lavoura deixa de ter acesso aos assuntos da produção. Estes são agora discutidos e tratados apenas entre os que gestionam e executam os trabalhos no estabelecimento agrícola – o pai e/ou o filho mais velho.

3.2 RUMO À CIDADE

Ao mudar para o meio urbano, hábitos antigos são substituídos por novos, havendo uma subtração no papel desempenhado pela mulher dentro da família produtora. Novos valores calcados e novas relações sociais e de trabalho se introduzem no seio familiar, mais difíceis de serem assimilados por essas mulheres, já que na cidade as formas de solidariedade e sociabilidade favorecem mais aqueles que estão engajados na rede de serviços e trabalhos urbanos. A via de integração dessas mulheres se dá apenas através do consumo.

De 1971 a 1985 ocorre na região de Leme um movimento generalizado de mudança de residência de produtores dos sítios para a cidade. Integrados à agricultura moderna, iniciam na cidade suas novas estratégias de reprodução. Esse movimento, entretanto, não é apenas uma busca de alternativas de profissionalização dos filhos, mas já faz parte de uma corrente mais ampla e intensa do processo de urbanização que atinge a região. (WANDERLEY, 1988). A integração ao meio urbano, entretanto, não é tão simples e é diferenciada para os diferentes componentes da família.

De fato, constatou-se que a mudança para a cidade é um processo gradativo que se inicia com a aquisição do imóvel urbano e se dá de forma cautelosa, como se depreende do depoimento abaixo:

“todo mundo começou a vir, as crianças começaram a estudar... faleceu a minha sogra e começou a mudar, meu sogro já veio e viemos atrás dele. Nós morávamos todos assim numa colônia...”

A colônia aqui referida denota claramente a presença ainda da família extensa que predomina no meio rural e que no meio urbano tende a se nuclearizar. A cautela se justifica pela insegurança inicial do grupo em relação ao novo espaço:

“compramos essa casa e viemos meio com medo, aos poucos trouxemos uma geladeira... nem teve mudança... falar pra você... pegamos um caminhão e tocamos a mudança em cima... não. Veio aos poucos, de fim de semana. O meu filho com 16 anos já namorava... então ele gostava de vir nos fins de semana, tentava trazer a gente também pra fazer comida. Começamos vir assim...” (depoimento de entrevistada).

Esse movimento mais ou menos geral ocorre no momento da maturação da família em que os filhos substituem a força de trabalho da mãe e quando o estágio de desenvolvimento do estabelecimento é tal que permite à mulher ser poupada desse trabalho mais pesado.

A mudança para a cidade tem diversos significados e repercussões para esses produtores, mas qualquer que seja a justificativa apresentada há um pré-requisito fundamental: a detenção da propriedade de um imóvel urbano obtido com recursos advindos da produção modernizada do algodão. A cidade representa uma alternativa para os filhos menores (homens) que, devido à falta de terras, não poderão se instalar como produtores familiares, mas poderão adquirir na cidade uma profissão que, na preferência dos pais, os reconduza à exploração agrícola. Dentro da moralidade familiar (WANDERLEY, 1988), proporcionar ao filho mais velho a possibilidade de substituir o pai no estabelecimento requer uma compensação aos demais. A cidade representa a possibilidade de realização de projetos mais ambiciosos para a família como um todo.

As dificuldades de reprodução da condição de produtor familiar devidas à escassez de terra são confirmadas pelos depoimentos das mulheres:

“meu filho estava estudando, a terra era pouca pra trabalhar, todo mundo lá... se ficasse todo mundo lá, não dava prá vivê... então como eles estudaram, então eles já foram arrumando seus servicinhos aqui... por isso que a gente mudou... por exemplo, meu cunhado tem dois filhos, também, então já era quatro pessoas... eu mais dois, seria mais quatro. São doze pessoas e tinha sogra e meu sogro prá vivê num dava... então cada um teve que depois deixá só pros casal tocá e os filhos se colocar noutra serviço.”

A integração ao meio urbano, entretanto, não é igual para os diversos membros da família. No meio urbano a mulher (mãe da família) ganha mais tempo para si, uma vez que o trabalho de cuidar da casa é reduzido. Além disso, é um momento em que alguns filhos, já adultos, deixam a casa paterna para construir suas próprias famílias.

Deixar de morar na roça tem conotações de ascensão social de longa data. Queiroz (1973), referindo-se aos produtores do bairro do Taquari, no mesmo município de Leme, afirma que tradicionalmente as mulheres de proprietários rurais raramente trabalhavam na roça e quando o faziam era em geral na época da colheita. Já as mulheres de meeiros iam para a roça com mais frequência. Daí, depreende-se que a presença da mulher na produção está intimamente relacionada com o nível sócio-econômico alcançado pela família e sua condição principal é a de força-de-trabalho.

O meio urbano significa a possibilidade de reprodução da família independentemente da reprodução do estabelecimento agrícola e, para esses produtores que viviam organizados em bairros rurais, a vinda para a cidade promove grande

alteração nas suas relações sociais com parentes e vizinhos anteriormente marcadas por forte reciprocidade.

Anteriormente o controle social era exercido de uma maneira mais espontânea e informal, a homogeneidade do modo de vida expressava-se na semelhança e rusticidade do traje, no padrão da residência, enquanto as diferenças estavam muito mais ligadas ao hábito e à tradição do que ao padrão econômico da família.

Na cidade, a família extensa cede lugar à família nuclear e diminuem os contatos entre parentes e vizinhos. Os padrões de vida se alteram à medida em que, na cidade, a família se integra ao mercado de consumo – integração esta maior ou menor em função do seu poder aquisitivo. Nesse novo espaço ocorrem alterações nas relações internas da família. “Há menos tempo prá conversar”, diz uma entrevistada. Os contatos entre os componentes familiares sofrem alterações: “os homens saem cedo, voltam só à noite”. As filhas trabalham na cidade e a mãe de família raramente vai ao sítio. Seus contatos sociais, anteriormente marcados pela organização da produção e do trabalho, hoje, acaba por se limitar a esse novo contexto.

O depoimento abaixo transcrito ilustra algumas das mudanças ocorridas nas relações internas :

“ eu acho que mudou um pouco... sei lá, se a criação de hoje... a gente vê que os filho de hoje num dialoga muito ca gente, né? ...é muito assim... liberal. Eu acho isso, num sei... saem cedo e vorta de noite. Chega em casa janta e vai embora, sai prá cidade... sai pro centro. Vai passeá, então eu acho que nessa parte mudou um pouco... a gente num chega nem quase convivê com os filho. Já no sítio, não... se tivesse no sítio já tinha mais assim... já tá aqui... a lavoura já é ali... se tivé perto, né? Depois já vem em casa, talvez não tenha onde i, fica em casa. Mas na cidade não... na cidade sai, vai embora, né? e assim vai distanciando a família.”

A transformação das relações internas da família implica num distanciamento objetivo, na medida em que são diferentes os locais que agora cada membro ocupa na maior parte do tempo. Aqueles que são responsáveis pelo estabelecimento agrícola (pai e/ou filho mais velho) ficam no sítio. A mãe e os demais filhos ficam na cidade. Os filhos mais novos se assalariam nos serviços urbanos e têm como referência o centro da cidade para o trabalho e atividades sociais. A tendência é a de enfraquecer a coesão familiar conforme se depreende de depoimento a seguir:

“a gente no sítio era mais unido, mas aqui... Lá os meninos até os 18 anos ficava no ombro da gente. Hoje... meu caçula está com 27 anos, não se vê ele... mudou mesmo.”

A despeito do conforto material proporcionado pela vida na cidade e apontado por todas, depreende-se de suas declarações uma idealização do período anterior de suas vidas. Tendo abandonado completamente o trabalho na lavoura, referem-se a esse tempo com emoção. Mencionam o campo como aquele que oferece uma vida mais saudável, de maior beleza, riqueza e sossego, liberdade de vestir e se portar, indicando em contrapartida que a sujeição aos padrões de consumo urbanos resulta em dependência e insegurança em relação à sociedade mais ampla.

Ao entusiasmo com que se referem à vida que tiveram no sítio contrapõe-se o desencanto com que se referem aos dias atuais. Essa oposição sugere a ausência de relações afetivas contidas anteriormente nos contatos com parentes e vizinhos e características da organização social anterior, dos bairros rurais, que não encontram correspondentes no meio urbano. Essas mulheres parecem viver a contradição entre a realização da família como um todo e sua própria realização.

3.3 A MULHER E A PROPRIEDADE

Os vínculos das mulheres com a terra são profundos e comparativamente mais fortes que os dos homens. Reagem contrariamente à possibilidade de vendê-la, mesmo que para adquirir outra e, apesar de pouco acreditar nas possibilidades atuais de aumentar o tamanho da propriedade, afirmam que se tivessem economias aplicariam na aquisição de mais terras.

Além de os condicionantes externos à inserção da produção familiar no modelo econômico brasileiro limitarem a mulher ao maior acesso à terra, características da produção familiar, com suas formas de reprodução do estabelecimento agrícola e da própria família, diminuem ainda mais essa chance.

Na produção familiar a exclusão das mulheres ao acesso à terra se dá pela prática comum de “negociação” da parte que lhes é devida. O resultado é a não propriedade e a impossibilidade da mulher se reproduzir como produtora. É comum o filho mais velho assumir o trabalho no estabelecimento agrícola. Para compensar sua dedicação intensa, estabelece-se um sistema de formação de patrimônio em seu nome, mesmo durante o período em que ainda trabalha com o pai. Devido à limitação do espaço, os demais herdeiros, principalmente as mulheres, negociam suas partes.

A predominância masculina sobre o patrimônio fundiário é realidade bastante antiga e carrega traços culturais da desigualdade entre os gêneros, como se depreende de depoimento abaixo:

“nois somo em seis irmãos... eu sou a única mulher... a que recebeu menor fui eu... por ser mulher... os meus irmãos, eles herdaram mais... esses italianos você já viu, né? Eu falo que recompensa só Deus que dá, porque aqui na terra ninguém dá não... porque eles falam assim, que filha mulher, casou já sai da família, sabe? ...por isso que houve

muita briga, então eles falam que casou, já... como se diz, assina o nome do marido, não é? Então já não é mais filha, só que sobrou a herança prá mim cuidar do meu pai, né? Isso eu tive a mais que meus irmãos... eu fiquei magoada porque assim... eu ajudei a cuidar do meu avô, ficou quatro meses na cama, eu era solteira, a gente morava no sítio. Herdei uma herança prá cuidar do velho... depois meu irmão ficou doente dois anos, assim a gente ia lá ajudá a cuidá. Minha mãe ficou doente, a gente ia lá... depois minha mãe morreu eu herdei meu pai, nove anos prá cuida dele... bebendo, xingando, amaldiçoando. Os irmãos que não agradecia o que a gente fazia. Eu herdei mais uma herança de cuidar do meu pai, mas eu falo que Deus é prepotência, porque... seis filhos, um morreu, ficou cinco..."

Este depoimento denota a vivência do antigo sistema de partilha de herança entre filhos e filhas de origem e tradição italiana existente na região e também verificado por Queiroz (1973). Nesse sistema, a filha recebia ao se casar um dote em dinheiro ou em bens móveis, não tendo direito de receber terra. A terra era herdada somente pelos homens. Esse sistema, entretanto, causou muitos desentendimentos nas famílias, pois as mulheres passaram a reclamar sua parte em terra. Outras desigualdades com respeito à herança, além das de gênero, causam sérias desavenças nas famílias.

Por tais experiências, em Leme as mulheres afirmam unanimemente que a partilha da herança deve ser igualitária entre todos os filhos, sejam homens ou mulheres. Entretanto, as práticas da produção familiar não conduzem à essa igualdade. Na maior parte dos casos é o filho que substitui a mãe no trabalho da lavoura e, posteriormente, o próprio pai, tornando-se então o chefe do estabelecimento, que dadas às suas dimensões, não permite muitas ou nenhuma divisão. Portanto, dentro desse sistema a possibilidade de homens receberem a terra como herança é maior, senão total.

O modo de vida do agricultor é ainda muito valorizado pelas mulheres, apesar de reconhecerem as dificuldades. Isto pode ser explicado em parte pela extrema valorização da terra, resquício da tradição cultural rural, mas, também, pelo fato de não vislumbrarem outras alternativas. Aceitam com menor resistência a mudança de cultura (algodão). Os depoimentos abaixo são bastante ilustrativos. Abandonar esse modo de vida se coloca muito mais como opção para a nova geração.

"nois temo que conversá... porque vai saí da agricurtura, fazê o quê? então tem que ficá... é uma roda que não pode virá prá trais, precisa virá prá frente só... mais que tá difice, tá..."

"ser agricurtor hoje tá muito difice, né?... de continuá labutando ali, proque as coisa que a gente pranta no sítio num tem mais valor, vai ter valor quando tá no mercado... então por isso as pessoa tá

desanimando da agricultura, tá largando tudo, tem gente que tá fazendo pasto de terras boas, num tá prantando porque nois ainda pranta lá porque nossa terra é poca, então aquele poquinho tá bom e os filho tão trabalhando agora... quem depende daquilo ali tem que mudá de vida porque na agricultura num tem mais condição, porque, por exemplo, o feijão ali no mercado cê vai pagá 80, 90 o quito, mais quando cê colhe ele, eles num pago nem 20, 30 prá comprá docê... mais só que esse feijão ficô muito mais de 20, 30. Pro cê prantá ele, entre adubo e semente e o trabalho co cê têve pra... até ocê colhê, então ali é que tá a coisa de... num é tanto a terra, tanto quanto dá valor pa pegá o produto seu lá num encarecê tanto ali... pegá ou meno que ganha as duas parte igual... mas é uma parte só que ganha... eu sô meia burra, sim, mais a gente vive assim... a gente já sabe como é que é... ”

Neste depoimento pode-se captar que, do ponto de vista prático, a mulher tem clara noção do funcionamento da produção e do mercado.

3.4 VIDA SOCIAL E POLÍTICA NA CIDADE

A vida social de Leme está intimamente ligada à vida religiosa, quase se restringindo a ela. Na década de 60, Queiroz (1973) constata em pesquisa realizada no bairro do Taquari essa simbiose entre a vida social e a vida religiosa. Tradicionalmente, as festas religiosas na região constituem-se na atividade recreativa por excelência, funcionando como pretexto para que seus habitantes se encontrem regularmente.

As práticas religiosas são ainda hoje as principais atividades sociais das mulheres pesquisadas em Leme. Através destas, entram em contato com a comunidade mais ampla, quebrando o isolamento doméstico. Os homens têm outras alternativas. Fora dessas oportunidades os contatos se restringem à família de noras, genros e netos.

Festas religiosas de Santos Padroeiros, Semana Santa, Natal e Juninas, sempre foram realizadas em Leme com grande intensidade. Queiroz (1973) nos relata que as festas eram organizadas por festeiros escolhidos entre as pessoas de maior prestígio no bairro, escolhidas sobretudo pelas suas relações de amizade. As festas juninas, ressalva a autora, todavia, não eram festas de igreja, mas realizadas nas casas das famílias. Como parte das festas religiosas, Queiroz encontrou a sobrevivência de algumas danças folclóricas, embora os habitantes do bairro fossem descendentes de imigrantes italianos. As rezas, ofícios e novenas eram comuns como o são até hoje. Eram organizadas por diretores das associações religiosas e dirigidas

pelos “rezadores” ou “capelães”. Nessas ocasiões verificou uma integração social onde famílias protestantes colaboram com festas religiosas católicas.

As atividades religiosas das quais as mulheres participam hoje em Leme incluem a Guarda da Santa, Ordem Terceira, Pastoral da Saúde, Apostolado da Oração, Novenas e festas preparativas da época do Natal. A Guarda da Santa é a oportunidade em que o espaço da casa é aberto aos vizinhos. É o momento em que o contato social se amplia além da família, reproduzindo em casa a tradição rural, onde a capela era próxima do bairro. Através da religiosidade foi possível também detectar, entre as mulheres pesquisadas, traços da dominação masculina: é obrigatório que a religião da mulher seja a mesma do marido. A mulher não tem o direito de praticar outra religião que queira.

As mulheres de Leme não têm o hábito da leitura, com exceção de poucos textos religiosos. Recebem informações sobre os acontecimentos cotidianos através do rádio – o mais importante veículo de informação – seguido pela televisão. Além disso, o marido e os filhos trazem algumas notícias. O lazer não faz parte da vida dessas mulheres, com raras exceções. O mesmo não acontece na geração dos filhos, onde o lazer faz parte da sua vida na cidade.

Os espaços de participação social e política são exclusivos dos homens. As mulheres não são admitidas como membros efetivos de organizações profissionais tais como sindicatos, cooperativas, associações, mas reconhecidas apenas como dependentes do marido, isto é, com direitos emprestados. Outros autores constataram o mesmo fato em outras regiões do País. A falta de uma identidade profissional também a exclui de outros espaços de participação.

Em sua história, a região de Leme não registra forte organização política de seus habitantes. Queiroz (1973) já observa em Taquari a fraca organização política, desenvolvida de maneira inteiramente tradicional e informal, orientada em geral por pessoas que tradicionalmente lideravam a opinião dos grupos. Esse caráter tradicional e informal persiste até hoje. O voto define-se mais em função da “pessoa” do que de uma legenda ou programa partidário. A opção política das mulheres de Leme, tal qual a religião, está subordinada à preferência de seus maridos. As mulheres não participam da política local, alegando falta de estudo, cultura ou mesmo afirmando não acreditar que sua participação venha a resultar em “coisa certa”. Entretanto, consideram justas as reivindicações de aposentadoria para mulheres, independentes das de seus maridos. Em caso extremo, a participação política é considerada por essas mulheres de Leme uma atividade masculina, denotando assim a introjeção de elaborações sociais típicas de sua própria discriminação.

Lavinas (1987) afirma que a participação política das mulheres nas lutas sociais se dá com grande freqüência quando a sobrevivência do grupo se acha ameaçada, momento em que os papéis atribuídos a cada sexo são transitoriamente atenuados e os espaços que lhes são reservados tornam-se imprecisos. Entre as mulheres de Leme não consta, em momento algum de sua trajetória, que a sobrevivência da família tenha estado ameaçada. Essa estabilidade pode talvez explicar o seu desinteresse pela participação política.

A contestação e a luta política não foram um caminho para esses produtores. Optaram por se adequar, atendendo gradativamente às exigências da modernização, pagando alto custo por isso. Essa “compatibilização” dos agricultores com a política agrícola consistiu de esforço intenso, a execução de trabalhos pesados; trabalhos fora da propriedade com a venda de sua força de trabalho a terceiros e um extremo controle do consumo familiar, tudo com o objetivo de obter recursos para aplicar na plantação. Uma opção de vida extremamente austera.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho procura trazer uma abordagem crítica das relações sociais que se desenvolvem no interior de um setor da produção familiar, específico social e espacialmente, mas, que, nem por isso deixa de trazer à tona desigualdades que podem ser detectadas em outras regiões, calcadas numa concepção da existência de um homem essencial e universal. Foram levantadas algumas questões de gênero sobre desigualdades e injustiças que residem por trás das perspectivas que vêem a mulher como complementaridade do homem, sobre a anomalia da simbiose mulher/família, sobre as relações de poder que conduzem à subordinação da mulher e chama a atenção para o fato de que não levar em consideração as especificidades femininas promove o impedimento da construção da mulher enquanto indivíduo adulto e capaz.

Assim, no avanço do capitalismo no campo, o afastamento das mulheres se dá no momento em que o trator vem a substituir a sua força de trabalho na produção do algodão. Ao excluí-la do processo produtivo, subtrai-lhe a possibilidade de participação social, isolando-a no recesso privado do lar, quando suas funções reprodutivas não são mais essenciais. Depois de ter, ao nível do desempenho, experimentado uma condição de igualdade e estabelecido uma relação de reciprocidade conjugal, a mulher, depois desse afastamento passa a uma dependência absoluta do marido. Perde a pequena autonomia financeira proporcionada pela venda de alguns produtos obtidos no “terreiro”, assim como as compensações sociais dos relacionamentos calcados no modo de vida rural. A mecanização permitiu a capacitação desses produtores para uma produção modernizada e integrada ao mercado, significando maior produtividade e renda. Permitiu a aquisição do imóvel urbano, principal meio estratégico de inserção ao novo mercado de trabalho e fundamental para os demais filhos da família. Liberou a mulher do trabalho pesado. Por outro lado, no processo de adequação à produção moderna onerou pesadamente todos os membros da família através do esforço intenso de homens e mulheres, trabalhos fora da propriedade e um modo de vida extremamente austero. Incompatibilizou a maior parte dos membros da família produtora com a própria produção, na medida em que limita as possibilidades de expansão do estabelecimento agrícola, que agora pode ser conduzido com um ou no máximo dois elemen-

tos. A mecanização exclui a mulher do processo produtivo, já que o trabalho por ela desempenhado era o de execução e o trabalho de gestão do estabelecimento é privilégio masculino.

A urbanização para esses produtores significou o ingresso no mercado de consumo, elevando seu padrão de vida, mas aumentou sua dependência em relação ao dinheiro, gerando insegurança quanto à sobrevivência. Viabilizou a possibilidade de educar e profissionalizar os filhos, mas significou para a mulher maior isolamento, dado que as habitações no meio urbano são nuclearizadas e não comportam mais as famílias extensas e as formas de sociabilidade nem sempre se encaixam com os valores trazidos da sociedade tradicional rural. Resultou em transformações cruciais no relacionamento interno da família: na relação marido-mulher, pais-filhos. Na cidade, individualizam-se os projetos de vida. A unidade em torno do projeto familiar tende a se romper com a diversificação dos objetivos de cada um .

A propriedade para essas mulheres continua a ser extremamente importante. É o seu porto seguro. Entretanto, a nível prático, as mulheres não têm acesso a essa propriedade. Embora juridicamente sejam proprietárias, efetivamente não têm o direito de acesso ou decisão sobre os destinos do estabelecimento agrícola. Não têm o direito de discordar sobre a forma como está sendo conduzida e utilizada a propriedade agrícola. Não lhes é permitido trabalhar na plantação mesmo que queiram. Sua condição também não lhes assegura o direito de manter contas bancárias. Somente com o aval do marido lhes é possível ter um talão de cheques. Estas constatações nos remetem aos valores de uma sociedade patriarcal, autoritária e conservadora que está fortemente presente entre os produtores modernizados do algodão, indicando que modernizaram-se as bases técnicas, mas os valores tradicionais permanecem.

Com o ingresso desses produtores no processo de modernização, rompe-se a coesão anterior entre a unidade de produção e de reprodução, trazendo significativas transformações nas relações internas da família. Enquanto os homens permanecem na plantação, a mulher é liberada do trabalho na roça, sem contudo libertar-se do seu papel tradicional feminino. Novas perspectivas para essas mulheres não se apresentam fora do estabelecimento agrícola, nem tampouco dentro, já que agora não se constituem mais como produtoras efetivas.

Após a modernização, as mulheres ficam reclusas ao mundo doméstico, sem uma atividade profissional que lhe defina uma identidade própria e por isso não encontram espaço de participação. Têm maior disponibilidade de tempo, mas, fazem uso dessa disponibilidade devido à situação anômica em que se encontra.

O afastamento da produção e a vida na cidade acabou por aumentar a dependência material da mulher em relação ao marido, e a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna é vivenciada pelas mulheres como perda. O moderno para ela não se realiza. Essa perda, em parte, se explica pelo fato de que na família tradicional, embora submissa, a mulher é o centro das relações da família. Na cidade esse papel se perde e não é substituído por outro. As relações de dependência

recíproca existentes na roça minimizam as formas de submissão feminina. Na cidade, com a autonomia de cada membro da família, rompe-se a reciprocidade anterior entre marido e mulher, uma vez que ele prescinde da mulher para “tocar” a plantação.

Em termos de trajetória, a ascensão social de todo o segmento foi marcante, todavia, essa ascensão viabilizada através da propriedade resultou em obstáculos à libertação da mulher. O programa da modernização agrícola determinou práticas políticas conservadoras em que a mulher não é considerada um agente de transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUSCHINI, M.C.A. e ROSEMBERG, F. “A mulher e o trabalho”. In: *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982. p. 9-22
- BRUSCHINI, M.C. “O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, C. (orgs). *Uma questão de gênero*. São Paulo, Rosa dos Ventos, 1992. p. 289-307.
- CARNEIRO, Maria. J. “Vidas irrigantes”. In *Ciência Hoje*, São Paulo, 4(24):67-72, maio/jun., 1986. EIGENHEER, Stela C.F. “A pequena produção e o trabalho feminino numa área do Alto Jequitinhonha”. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. e ROSEMBERG, Fulvia (orgs). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 135-60.
- HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. In *Estudos Feministas*, (1):7-31, 1º semestre, 1993.
- HEREDIA, Beatriz M.A.; GARCIA, Maria F.; GARCIA JR., Afrânio R. “O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas”. In: AGUIAR, Neuma (coord). *Mulheres na força de trabalho na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 1979. cap. 1. p. 29-44.
- KAGEYAMA BERGAMASCO, Sonia M.P. *A estrutura da produção no campo em 1980*. Campinas, UNICAMP, 1989. 30 p.
- _____ e GRAZIANO DA SILVA, José. “Política agrícola e produção familiar”. CONGRESSO da Sociedade Brasileira de Economia Rural, 24. Lavras, MG, 28 jul. a 1º ago., 1986. *Anais*. Brasília, SOBER, 1986. v.1. p. 199-222.
- LAVINAS, L. “A força de trabalho na agricultura: marchas e contra marchas”. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1988. 28 p. Texto preliminar - Reunião Intermediária - GT A Mulher na Força de Trabalho.
- _____ e CARNEIRO, Maria José. *Mulheres: espaço adquirido/espaço permitido na luta pela reforma agrária*. Rio de Janeiro, Universidade Federal, 1987. 18 p.
- LOUREIRO, Maria Rita G. “Mulher e trabalho familiar na agricultura moderna”. In: SPINDEL, Cheywa; JAQUETTE, Jane; CORDINI, Mabel (orgs). *A mulher rural e mudanças no processo de produção agrícola: estudo sobre a América Latina*. Brasília, IICA, 1984. p. 75-82. (IICA - Proposições, resultados e recomendações de eventos técnicos, 337).
- LOURENÇO, Fernando A. e WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *La production familiadle en agriculture, rapport sur lé terrain de recherche à Leme-SP-Brasil*. Campinas, UNICAMP, 1990. 69 p.
- QUEIROZ, Maria Isaura. P. de *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo, Duas Cidades, 1973. 157 p.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo, Brasiliense, 1986. 410 p.

WANDERLEY, M.N.B. *Recherche comparative internationale sur les explotations familia- res agrícolas; France, Brésil, Pologne*. Campinas, UNICAMP, 1986 b. p.16.

_____. (coord). *Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas*. Campinas, UNICAMP, 1988. 162 p. (Cadernos IFCH, 19).

Abstract: This article claims to: 1) contribute to the women labor social significance understanding; 2) discuss the rural women issue face agriculture modernization; 3) verify the women performance at household agriculture production, where “public” remains as men’s space; 4) understand modernized agriculture effects to Leme’s women. The results confirm the fundamental role performed by the women in the constitution of these modernized family farmers, but they stood occult inside the private space, as the production technical support was modernized maintaining tradicional family values. The social ascension viabilized through the propriety turn out an abstacle to women liberation, as it had determined conservative political practices, where women is not considered as transformation agent. Agriculture modernization produce to Leme’s women the exclusion from productive process as a “producer-worker” maintaining them outside of political and social participation.

Key-words: rural woman; household production; agricultural modernization.